

A. I. N° - 206902.0001/04-3
AUTUADO - GLEIDE JANE CARVALHO DE MORAIS MERGULHÃO
AUTUANTE - JOSÉ NELSON DOS SANTOS
ORIGEM - INFAZ PAULO AFONSO
INTERNET - 30.06.04

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0218-03/04

EMENTA: ICMS. DIFERIMENTO. MEL. TERMO FINAL. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. O imposto diferido deve ser recolhido pelo contribuinte em cujo estabelecimento ocorrer o termo final do diferimento na condição de substituto tributário. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 19/03/04, exige ICMS no valor de R\$11.037,98, acrescido da multa de 50%, em virtude da falta de recolhimento do imposto no prazo regulamentar, referente a operações escrituradas nos livros fiscais próprios.

O Auto de Infração descreve ainda: “Em data, hora e local acima indicados, encerrei a fiscalização da empresa supracitada, em cumprimento à O. S. acima discriminada, a qual determina a ação fiscal de MONITORAMENTO NORMAL – OUTROS; e, executando os roteiros AUDIF-239, 241, 201, 202 e 234, constatei que o contribuinte na exploração de APICULTURA, ainda sob o regime normal de tributação (de 31/10/2001 a 30/06/2003) vendeu mel de abelha, com emissão de Notas Fiscais M-1, sem conduto debitar-se do ICMS, considerando como tais operações de saídas fossem isentas, quando o art. 341, LVI, do RICMS/97, enquadra tais operações no regime de diferimento do ICMS para o momento em que houver as saídas de produtos da colméia”.

O autuado apresenta impugnação às fls. 117 e 118, dizendo que quando constituiu a empresa individual, para comercializar exclusivamente com mel, solicitou que seu contador a registrasse no SimBahia, mas que por falha do funcionário do escritório de contabilidade a empresa foi registrada como normal. Alega que recebeu orientação do mencionado escritório que enquanto não fosse feita a alteração, registrasse a entrada do mel no próprio talão de notas fiscais, entendendo que, dessa forma, não haveria recolhimento do ICMS. Esclarece que todas as saídas registradas no talão de notas fiscais têm equivalência com as notas fiscais de entrada, e que as vendas de mel foram feitas para empresas registradas no SimBahia ou para empresas que trabalham com exportação. Ao final, pede a improcedência do Auto de Infração.

O autuante, em informação fiscal (fl. 122), inicialmente diz que o próprio autuado reconhece que o contribuinte vendeu mel de abelha, adquirido de produtores não inscritos, revendendo-o para comerciantes inscritos no SimBahia ou para empresas que trabalham com exportação. Retifica o dispositivo regulamentar citado à fl. 1 (art. 341), dizendo que o correto é o art. 343, LVI, do RICMS/97, o qual transcreve. Ao final, dizendo que restou provado que as vendas do autuado são subsequentes às aquisições de apicultores não inscritos, o que dá termo final ao diferimento, pede a procedência do Auto de Infração.

VOTO

Inicialmente devo ressaltar que o fato do autuante ter retificado o dispositivo regulamentar citado no Auto de Infração, não enseja a nulidade do mesmo, de acordo com o que dispõe o art. 19, do RPAF/99, haja vista que pela descrição dos fatos restou evidente o enquadramento legal da acusação fiscal. Ademais, o autuado em sua impugnação demonstrou que tinha perfeita ciência da infração a ele imputada.

No mérito, da análise dos elementos constantes do PAF, entendo que não assiste razão ao autuado, uma vez que no período examinado a empresa encontrava-se inscrito no cadastro da SEFAZ na condição de normal, e ao efetuar vendas de mel (fls. 75 a 115), adquirido de produtores não inscritos, mesmo para comerciantes inscritos no SIMBAHIA ou para empresa que trabalham com exportação, deveria recolher o ICMS, cujas operações, inclusive, foram objeto de lançamentos no seu livro Registro de Saídas nº 01 (fls. 13 a 19).

Acrescente-se que restou evidenciado nos autos que as vendas do autuado são subseqüentes às aquisições de apicultores não inscritos, o que dá termo final ao diferimento do produto em questão, de acordo com o que dispõe o art. 343, LVI, do RICMS/97.

Do exposto, não tendo o autuado recolhido o ICMS mensal, conforme demonstrativo à fl. 6, relativo à operações escrituradas em seus livros fiscais, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE**, o Auto de Infração nº **206902.0001/04-3**, lavrado contra **GLEIDE JANE CARVALHO DE MORAIS MERGULHÃO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$11.037,98**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de junho de 2004.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA